



Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

NOTA TÉCNICA 02.3/2017

DATA: 07/12/2017

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2017 -
4ª Revisão de Receita.**

I – Metas de arrecadação 2017 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de Receita do Tesouro Estadual em relação à Nota 02.2/2017 de 06 de outubro de 2017 – 3ª Revisão de Receita, consoante o acompanhamento da Receita realizada até outubro, visando adequar a projeção de Receitas ao cenário fiscal para o exercício corrente, sensível às alterações dos indicadores econômicos.

Nesta Nota, a Receita total do Tesouro está sendo reestimada em R\$ 58,9 bilhões, um incremento de R\$ 841 milhões em relação à 3ª Revisão de Receita.

O incremento de Receita em relação à 3ª Revisão de Receita é justificado, em grande parte, por conta de novas perspectivas de arrecadação de Participações Governamentais.

Todas as alterações enumeradas estão justificadas de forma mais concisa na seção IV desta Nota.

II – Cenário Econômico

A economia brasileira acena para o início de uma recuperação. Contudo, a intensidade e a velocidade da retomada da atividade continua a depender da efetividade das reformas em curso, bem como da estabilidade política e institucional.

A despeito do persistente desequilíbrio das contas públicas, percebe-se uma melhora da confiança e sinais relevantes para o retorno da normalidade econômica.

Nesta linha, recente relatório do Boletim Focus, datado de dez de novembro de 2017, indica pequeno crescimento do PIB da ordem de 0,73 % para este ano, revertendo em parte os resultados negativos dos dois últimos anos. Porém, a contundência das referidas reformas podem ensejar alterações substanciais sobre as expectativas dos agentes.

Vê-se, portanto, que a efetividade da recuperação da economia continua a depender do enfrentamento das reformas estruturantes de sorte que capacite o país a produzir crescimento econômico sustentável a médio e longo prazo.

A expectativa da taxa de câmbio médio para 2017 é de 3,18 R\$/US\$, segundo boletim Focus datado de dez de novembro de 2017, apontando para valorização do real frente ao dólar.

Ainda assim, a balança comercial intensificou os sinais de recuperação. De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a outubro de 2017, saldo acumulado de + US\$ 58,462 bilhões ante o superávit de US\$ 38,515 bilhões, no ano anterior. Da mesma forma, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a outubro de 2017, de + US\$ 9,545 bilhões contra US\$ 2.768 milhões no mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a outubro de 2017 de 2,21% contra 5,77% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (10/11/2017) prevê que o índice feche o ano de 2017 em 3,03%, abaixo do centro da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 4,5%.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA tem apresentado semelhante comportamento no período compreendido entre janeiro a outubro de 2017; acumulou alta de 2,21%, ante 6,01% em 2016.

A indústria brasileira, e também a fluminense, acena para uma recuperação, após longo período de resultados amplamente desfavoráveis. Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira de janeiro a setembro de 2017 registrou uma variação percentual acumulada de 1,6%. No ERJ, verificou-se aumento de 2,8%.

Na esteira dos últimos acontecimentos e diante da retomada do setor, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (10/11/17), deve fechar o ano de 2017 com um aumento de 1,96%. Segundo o mesmo relatório, espera-se em 2018 um crescimento da ordem de 2,73%.

Neste contexto, a emblemática fabricação de veículos automotores tem registrado elevações contundentes de produção nos últimos meses. De acordo com dados do IBGE, o referido setor obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e setembro de 2017, aumento de 14,8%; o ERJ, por sua vez, apresentou incremento de 32,1%.

O comércio varejista também começa a apresentar variações positivas no volume de vendas. No acumulado até setembro, o país apresentou aumento percentual de 1,3%. No entanto, a mesma variação para o ERJ acumula queda de 2,0%.

Diante deste cenário, o mercado de trabalho para o ERJ ainda registra um quadro de retração no número de empregos. Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho de outubro de 2017 indicam variação mensal de - 0,11%, fruto da redução de 3.861 vagas. No ano o saldo está negativo em 82.443 postos de trabalho.

III - Metodologia de Previsão

III.1 -Introdução

A Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro, por meio da Subsecretaria de Política Fiscal, adota critérios técnicos e objetivos para estimativa de Receita Tributária.



Handwritten signature and initials, possibly representing the author or reviewer of the document.

Insta-se, que métodos econométricos de séries temporais, com extrapolação de tendências, que utilizam como base os indicadores e indexadores econômicos projetados com devido tratamento diferenciado face às peculiaridades de cada receita têm o fito de balizar as principais projeções de arrecadação.

Explicita-se, que nesta 4ª Nota de Revisão de Receita, em especial, optou-se por renunciar ao modelo de Vetores Autorregressivos (VAR), em razão das particularidades temporais, a saber: elaboração e concepção das previsões Revisão de Receita ao fim do ano, dezembro de 2017, com o intuito de projeção, apenas, para o último mês deste mesmo ano. Esta especificidade acaba por prestigiar modelos com elevada potencialidade de curto prazo. Os modelos ARIMA ou Box-Jenkins são excelentes modelos de previsão de curto prazo (Granger & Newbold, 1977).

Neste diapasão, optou-se pela metodologia SARIMA que contempla a sazonalidade das séries temporais nos conhecidos modelos ARIMA. A seguir uma breve análise da Metodologia SARIMA:

III.2 - Metodologia SARIMA

Box e Jenkins (1970) introduziram os modelos ARMA e ARIMA onde o primeiro trabalha com variáveis no nível e o segundo com equações em diferença. A escolha entre os dois modelos é determinada pela estacionariedade¹ das séries.

Nestes modelos a finalidade é encontrar uma equação que represente a série temporal X_t , por meio de uma estrutura dependente dos seus valores passados, X_{t-1}, \dots, X_{t-p} e seus erros de previsão um passo à frente, $et-1, \dots, et-q$, onde cada $et-q$, para todo $q < n$, é igual a $X_{t-q} - X_{Pt-q}$, onde X_{Pt-q} é a previsão de X_{t-q} utilizando informações amostrais até o período $t-q-1$.

O componente dependente de seus valores passados é a parte autorregressiva. O processo auto regressivo de ordem p , $AR(p)$, onde ε é um ruído branco: componente aleatório com média zero, variância constante e sem correlação serial.

¹ Uma série temporal é estacionária quando ela se desenvolve aleatoriamente, no tempo, em torno de uma média constante, refletindo alguma forma de equilíbrio estável.

$$X_t = \gamma_1 X_{t-1} + \gamma_2 X_{t-2} + \dots + \gamma_p X_{t-p} + \varepsilon_t$$

O componente de médias móveis utiliza valores defasados dos erros de previsão para desenvolver a capacidade preditiva do modelo. Um modelo com médias móveis MA(q) tem a seguinte forma:

$$X_t = \varepsilon_t - \theta_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \theta_q \varepsilon_{t-q}$$

A conjunção dos dois componentes constrói o modelo ARMA (p,q):

$$x_t - \rho_1 x_{t-1} - \dots - \rho_p x_{t-p} = \varepsilon_t - \alpha_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \alpha_q \varepsilon_{t-q}$$

Como pode ser visto na equação acima a parte auto regressiva esta na esquerda e a média móvel no lado direito da equação. De forma intuitiva, podemos inferir, que no lado esquerdo, a subtração da variável no nível (X_t) de todo o efeito passado resulta no lado direito, isto é, nos erros de previsão cometidos.

IV – Descrição das variações de projeção de Receita:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de Receita Estadual, que estão comentadas item a item em seguida.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2017 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	RECEITA REALIZADA	REVISÃO DE RECEITA		REVISÃO 2.3 X REVISÃO 2.2	
		2016 (A)	Revisão 2.2 (F)	Revisão 2.3 (G)	(G - F)	Δ% (G/F-1)
IRRF	100	3.170	3.031	3.031	-	
IPVA	100	2.803	2.920	2.863	57	-1,9%
ITD	100	1.391	924	924	-	
FECF	122	4.091	4.527	4.561	34	0,7%
ICMS	100	31.103	31.934	32.193	258	0,8%
TAXAS	132	27	27	24	3	-9,4%
Receita Financeira		60	33	27	6	-18,3%
Royalties & FEP		3.499	6.625	7.096	471	7,1%
FPE	107	1.487	1.366	1.366	-	
IPI	107	769	677	677	-	
Lei Kandir	107	86	86	86	-	
CIDE	126	62	85	83	2	-1,8%
Demais Transf. União	101	155	64	56	8	-12,0%
Multas e Juros		694	651	664	14	2,1%
Dívida Ativa		351	202	212	10	4,8%
Dep. Judiciais tributários	190	-	620	620	-	
Ressarcimento de pessoal cedido		26	52	64	12	23,6%
Restituições e Indenizações		92	310	326	16	5,0%
Demais Receitas	101	30	50	20	30	-60,0%
Receita Intra - Demais Receitas	101	-	-	-	-	
Depósitos judiciais (LC 147/191)	191	-	-	-	-	
Concessões	101	122	12	-	12	-100,0%
Folha		250	1.319	1.319	-	
Alienação de Bens	133	0	194	-	194	-100,0%
Outros		83	78	114	37	46,9%
Subtotal 1		53.253	55.785	56.325	540	1,0%
Salário Educação	105	413	445	400	45	-10,1%
Receita Financeira	105	9	0	0	0	-43,3%
Operações de Crédito	111	1.047	1.851	2.200	349	18,8%
Receita Financeira	111	55	8	6	2	-24,7%
Subtotal 2		1.525	2.305	2.607	302	13,1%
TOTAL GERAL (1+2+Royalties)		54.778	58.091	58.932	841	1,4%

*Receita Bruta (com FUNDEB)

6

1. **Alienações de Bens** – A presente revisão prevê, que a alienação de bens estimada, anteriormente, em R\$ 194 milhões, que se refere à Securitização da Dívida Ativa, foi desconsiderada com o fito de evidenciar a alteração de expectativa com relação à realização da Receita. Entraves de caráter administrativo e legal ensejaram uma elevação da imprevisibilidade na concretização desta Receita, de tal modo que pelo princípio do conservadorismo contábil observa-se, que em face da imperiosa necessidade de se evitar a imputação de receitas incertas, optou-se pela revisão desta rubrica.

2. **Royalties** - Em relação à Revisão de Receita 2.2 de 2017, a receita de Royalties e Participações Especiais está sendo acrescida de R\$ 471 milhões em virtude de melhora da produção até setembro (+7% em relação a igual período de 2016) e do preço do óleo nesse mesmo período (+10%), apontando para expressiva tendência de crescimento anual da arrecadação, 103% em relação à Receita arrecadada no ano anterior. A receita esperada para 2017 foi projetada com os parâmetros: Brent de US\$ 52 e câmbio a R\$/US\$ 3,20. A tabela 2 a seguir discrimina a aplicação do montante ora estimado. É importante observar que, do valor destinado ao FECAM, 30% serão desvinculados, nos termos da Emenda Constitucional nº 93 de 2016, que prorroga a desvinculação de receitas da União e estabelece a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Tabela 2 R\$

ROYALTIES		Revisão 2.2 (F)	Revisão 2.3 (G)
		6.624.979.758	7.095.739.047
	Transferências aos Municípios	353.998.469	377.070.399
Fonte 104	PASEP	62.709.813	67.186.686
	FECAM**	438.845.041	519.474.311
	Indenização a União	1.012.178.580	1.012.178.580
Fonte 231	RIOPREVIDÊNCIA*	4.757.247.854	5.119.829.071

* Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação do TCE na análise das Contas de

** Incluído valor apurado de DRE relativo ao FECAM

3. **Operações de Crédito** - A receita de Operações de Crédito está sendo acrescida de R\$ 349 milhões em relação à Revisão de Receita 2.2 de 2017. O ajuste foi necessário para comportar o empréstimo de antecipação de receita da alienação da Cedae, que faz parte do Plano de Recuperação firmado pelo Estado com o Governo Federal.

ICMS – A recuperação da atividade econômica de forma mais consistente e disseminada no segundo semestre, teve efeitos percebidos na arrecadação de ICMS. Nesta linha, a previsão da Nota 2.3 estima o montante de R\$ 32,2 bilhões para o ano de 2017, um aumento de R\$ 258 milhões em relação à última revisão... Cabe destacar que a arrecadação do ICMS registrou crescimento real de 1,4% em junho e de 2% em julho, contra o mesmo período de 2016. Os meses de agosto e setembro, por seu turno, registraram crescimentos reais atípicos, de 7,1% e 12,4%, em relação aos mesmos meses do ano anterior. Conforme informações da Subsecretaria da Receita desta SEFAZ, justifica-se tal comportamento, por conta da implementação do Fisco Fácil, sistema de autorregularização, que, resultou em aumento na recuperação de créditos superior a 180%, tendo sido recuperados mais de R\$ 538 milhões, quando a média histórica do período era de R\$ 227,5 milhões,. No acumulado janeiro a outubro o crescimento real é 0,5% em relação ao mesmo período de 2016, consoante à proposta desta Nota, que indica crescimento nominal de cerca de R\$ 1,1 bilhão, frente ao ano passado.

Tabela 3 - Estimativa de Valores das Contas Redutoras em 2017

Em R\$

ESTIMATIVA DOS VALORES DAS CONTAS DEDUTORAS DE FUNDEB E MUNICÍPIOS			
	2.2 Revisão (F)	2.3 Revisão (G)	Δ%(G/F)
FUNDEB	5.747.823.201	5.784.710.743	0,6%
RETORNO FR 15	2.572.198.418	2.586.116.583	0,5%
100	2.250.274.400	2.262.807.925	0,6%
102	13.942.858	15.327.498	9,9%
107	307.981.160	307.981.160	0,0%
PERDA LÍQUIDA	3.175.624.783	3.198.594.159	0,7%
100	3.060.821.893	3.080.717.115	0,6%
102	30.955.692	34.029.845	9,9%
107	83.847.199	83.847.199	0,0%
MUNICÍPIOS	10.222.975.787	10.284.124.620	0,6%
100	9.603.620.267	9.634.642.974	0,3%
102	74.830.916	82.262.240	9,9%
104	353.998.469	377.070.399	6,5%
107	169.278.251	169.278.251	0,0%
126	21.247.883	20.870.757	-1,8%
TOTAL	15.970.798.988	16.068.835.363	0,6%

Tabela 4 - Reestimativa de Receita Tesouro 2017 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	Revisão 2.2 (F)	Revisão 2.3 (G)	REVISÃO 2.3 X REVISÃO 2.2	
				(G - F)	Δ% (G/F-1)
IRRF	100	3.031	3.031		
IPVA	100	2.920	2.863	(57)	-1,9%
ITD	100	924	924		
ICMS	100	31.644	31.869	224	0,7%
Multas e Juros	100	616	635	19	3,0%
Dívida Ativa	100	173	184	11	6,3%
Receita Financeira	100	-	-		
Restituições	100	-	-		
Outros	100	-	-		
TOTAL	100	39.308	39.506	197	0,5%
Receita Financeira	101	30	25	(5)	-17,0%
Demais Transf. União	101	64	56	(8)	-12,0%
Multas e Juros	101	6	6	()	-5,1%
Indenizações e Restituições	101	310	326	16	5,0%
Dívida Ativa	101	20	18	(2)	-8,5%
Demais Receitas	101	50	20	(30)	-60,0%
Ressarcimento de Pessoal Cedido	101	4	5	1	13,1%
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	101	-	-		
Outros	101	1.409	1.433	24	1,7%
TOTAL¹	101	1.893	1.888	(5)	-0,2%
FEEF	102	290	324	34	11,7%
Multas e Juros	102	9	5	(4)	-46,4%
TOTAL		299	329	30	9,9%
Royalties	104	1.868	1.976	108	5,8%
Outras	104	-	-		
Royalties	231	4.757	5.120	363	7,6%
TOTAL		6.625	7.096	471	7,1%
Salário Educação	105	445	400	(45)	-10,1%
Outros	105	0,3	0,2	()	43,3%
TOTAL	105	446	400	(45)	-10,1%
FPE	107	1.366	1.366		
Receita Financeira	107	-	-		
IPI	107	677	677		
Lei Kandir	107	86	86		
Outros	107	0	0		
TOTAL	107	2.129	2.129		
Ressarcimento de Pessoal Cedido	120	48	60	12	24,5%
Outros	120	-	-		
Total	120	48	60	12	24,5%
FECP	122	4.527	4.561	34	0,7%
Multas e Juros	122	19	18	(1)	-2,3%
Dívida Ativa	122	7	8	1	14,3%
TOTAL	122	4.553	4.587	34	0,8%
Outros	126	1	1		
CIDE	126	85	83	(2)	-1,8%
TOTAL	126	86	84	(2)	-1,8%
Taxas	132	27	24	(3)	-9,4%
Multas e Juros	132	1	1	()	-4,7%
Dívida Ativa	132	2	1	(1)	-30,0%
TOTAL	132	29	26	(3)	-10,7%
Alienações	133	194	-	(194)	-100,0%
Dep. Judiciais tributários	190	620	620		
Outros	190	2	1	(1)	-46,9%
TOTAL	190	622	621	(1)	-0,1%
Lei 147 - 151	191	-	-		
Outros	191	-	-		
TOTAL	191	-	-		
Auxílio Financeiro - Medida Provisória 734/2016	192	-	-		
Outros	195	-	-		
Outros*	195	-	-		
Outros	111	8	6	(2)	-24,7%
Restituições	111	-	-		
Operações de Crédito*	111	1.851	2.200	349	18,8%
Total Geral		58.091	58.932	841	1,4%

* Receitas de Capital

**Receita Bruta (com FUNDEB)

V – Cronograma de entrada de receitas².

Segue abaixo a previsão de realização bimestral das receitas gerenciadas pela UGE 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, conforme Tabela 1 desta Nota.

Tabela 5 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos.

		Em mil R\$						
ORIGEM DA RECEITA	FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE**	4º BIMESTRE**	5º BIMESTRE**	6º BIMESTRE	TOTAL
11 RECEITA TRIBUTÁRIA	100	7.403.971	6.806.294	5.945.954	6.126.512	6.033.638	6.370.136	38.686.504
	102	12.761	74.005	73.262	50.082	58.413	55.527	324.049
	122	758.182	767.760	833.373	717.664	734.766	749.150	4.560.895
	132	3.655	4.658	4.556	4.304	3.297	3.529	24.000
13 RECEITA PATRIMONIAL	100	-	-	-	-	-	-	-
	101	6.925	10.675	5.749	1.374.368	5.624	52.598	1.455.939
	104	1.176.367	90.577	151.717	201.264	95.868	260.117	1.975.910
	105	149	-	-	-	-	21	170
	111	4.895	160	23	55	36	945	6.113
	126	231	75	9	8	23	453	800
	190	356	329	66	0	-	381	1.000
	195	-	-	-	-	-	-	-
16 RECEITA DE SERVIÇOS	101	51	723	377	390	259	699	2.500
	195	-	-	-	-	-	-	-
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101	-	-	-	-	-	56.000	56.000
	105	85.958	62.116	61.564	62.097	62.129	66.398	400.261
	107	383.635	318.185	357.367	324.208	338.265	406.862	2.128.522
	126	21.523	19.411	-	20.794	21.755	-	83.483
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100	102.982	132.920	148.820	136.086	167.496	131.027	819.330
	101	9.744	269.147	33.159	16.242	14.545	26.914	369.750
	102	40	2.853	504	659	453	490	5.000
	120	1.206	1.136	2.159	3.500	4.351	2.149	14.500
	122	4.016	4.221	4.519	4.792	3.454	5.248	26.250
	132	173	440	233	254	455	460	2.015
	191	-	-	-	-	-	-	-
21 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	111	18.949	6.352	30.412	26.206	53.968	2.064.113	2.200.000
22 ALIENAÇÃO DE BENS	133	-	-	-	-	-	-	-
23 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	195	-	-	-	-	-	-	-
25 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	190	620.122	-	-	-	-	-	620.122
79 INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	101	76	148	192	234	2.387	863	3.900
	120	51	1.995	2.697	8.231	26.377	5.649	45.000
Total Fontes de Recursos do Tesouro		10.616.016	9.319.090	9.114.395	10.327.236	7.963.601	11.591.505	58.931.844

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados.

² Receita Bruta (Com FUNDEB)

VI – Conclusão

A atividade econômica nacional e fluminense tem apresentado sinais graduais de recuperação, contudo, ainda, verificam-se incertezas que permeiam o atual cenário associado à volatilidade dos indicadores econômicos, que impedem uma expectativa mais otimista.

Estamos revendo as estimativas das rubricas de Receita do Tesouro de forma conservadora, ainda distante do almejado equilíbrio fiscal, uma vez que no momento atual a execução orçamentária da despesa já evidencia que, contabilmente, a inscrição em Restos a Pagar poderá ser maior que em 2016.

Com a adesão do ERJ ao Regime de Recuperação Fiscal, nos termos da Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, o impacto financeiro esperado em decorrência do cumprimento das medidas e das vedações pactuadas, aliada a importantes ajustes que vem sendo praticados no âmbito da gestão estadual, ensejará no médio prazo, condições ao Estado de reverter a trajetória de desequilíbrio das contas públicas, com a retomada do cumprimento dos indicadores fiscais estabelecidos pela LRF/2000.

É mister verificar que a análise das adequações aos modelos de previsão perpassa por validações estatísticas e considera substancialmente a capacidade preditiva dos modelos, vis-à-vis às alterações conjunturais da atividade econômica e da própria arrecadação.

Por fim, a imprescindibilidade da observância dos critérios técnicos e objetivos na metodologia de Projeção de Receita norteia, sem exceções, os estudos acerca da elaboração das Notas Técnicas.


Raphael Philippe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal


Joséia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,

Gustavo de Oliveira Barbosa
Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento